

Arraes reintegra ilha e abraça carcereiro de 1964

Fernando de Noronha, PE — Rodger Rodrigues

FERNANDO DE NORONHA, PE — O governador Miguel Arraes (PMDB) presidiu ontem a solenidade que marcou a devolução deste arquipélago ao estado de Pernambuco, conforme determina a nova Constituição, tendo ao lado o homem que, há 24 anos, foi responsável pela sua guarda, nos nove meses em que esteve preso em Fernando de Noronha. Arraes e o coronel reformado do Exército Jaime da Costa e Silva voltaram a se encontrar na Base Aérea do Recife, onde tomariam o avião da FAB. Depois de um longo abraço, Costa e Silva quis saber a razão do convite para acompanhar Arraes: "Por que se lembrou de mim? Eu nunca julguei de você?...". disse o ex-governador de Fernando de Noronha. O governador de Pernambuco respondeu, soltando uma gargalhada: "Foi por isso mesmo, meu amigo."

Costa e Silva, que tem 72 anos e mora em Curitiba, participou de toda a programação: foi com a delegação de Arraes no mesmo avião, hasteou a bandeira de Fernando de Noronha no momento da assinatura do termo de posse e, muito emocionado, fez questão de acompanhar o governador ao local onde ficaram os presos políticos enviados para a

ilha em 1964. A amizade de Arraes e Costa e Silva vem desde o tempo em que, junto com Seixas Dória, governador de Sergipe, ele esteve sob custódia dos militares.

Segundo Arraes, Costa e Silva, então governador, mas chamado de carcereiro de todos, era "um homem que agia sem condescendência, mas sempre com muita justiça". Preocupava-se com a saúde dos presos e com suas famílias que estavam distantes, no continente. Costa e Silva chegou a levar Arraes para um passeio pela ilha, embora o comando do então 4º Exército recomendasse seu isolamento. Ontem, ele voltou a Fernando de Noronha pela primeira vez desde 1964, quando deixou o cargo.

Miguel Arraes deu posse ontem ao novo administrador do arquipélago, o engenheiro Cláudio Marinho, secretário de Planejamento de Pernambuco, diante de uma população dividida. Enquanto um grupo saudava Arraes e sua comitiva, de mais de 50 pessoas, outro, liderado pelo ex-vice governador do território Domício Cordeiro, protestava contra a anexação, vestindo camisetas com a bandeira do antigo território e acenando bandeiras negras, em sinal de luto.



Arraes (3º à esquerda) hasteou a bandeira de Pernambuco na ilha

Mesquita não vê cerimônia

A cerimônia de reintegração, às 11h de Fernando de Noronha (10h de Brasília) não contou com a presença do ex-governador Fernando César Mesquita. De camiseta e com o semblante tenso, ele limitou-se a trocar um cumprimento formal com Arraes, ainda no aeroporto da ilha, e logo que a comitiva do governador seguiu para o palácio do governo, tomou o jatinho que o levou a Brasília. Antes, o grupo contrário à anexação fez questão de se despedir de Mesquita, cantando o hino de Fernando de Noronha e carregando-o nos braços até o jatinho.

No caminho entre o aeroporto e o palácio do governo, Arraes e sua comitiva sentiram o sentimento dividido dos noronhenses. Por alguns, o governador era aplaudido e saudado com gritos de "Seja bem-vindo". Em algumas casas, porém, eram vistas pichações de protesto, como "Jamais seremos pernambucanos" e "Morreremos noronhenses". Em outras, os alvos dos pichadores eram os deputados José Moura e Nilson Gibson, autores da emenda constitucional que anexou a ilha a Pernambuco, e Cristina Tavares, com quem os ilhéus tiveram um bate-boca durante a votação da emenda no segundo turno.

Em um discurso emocionado, Arraes prometeu preservar a ecologia de Fernando de Noronha e em nenhum momento referiu-se ao governo federal, ao antigo governador ou à sua ausência na solenidade. Seus elogios foram dirigidos para o antigo governador militar do terri-

tório, o coronel reformado do Exército Jaime da Costa e Silva, a quem convidou pessoalmente para a cerimônia. "Convidei-o para simbolizar o fato de que não temos nada que nos doa no passado. Muito pelo contrário, estamos aqui para enterrar o passado" disse Arraes, garantindo que a anexação da ilha a Pernambuco era, antes de tudo, o cumprimento de um dispositivo da nova constituição, "que todo o brasileiro tem o dever de respeitar".

Na saída do palácio, um novo protesto. Um outro grupo de Ilhéus, liderado desta vez pelo secretário de Meio Ambiente Produção e obras do governo Fernando César Mesquita, Heleno Armando dos Santos, um dos cotados para ser o delegado do (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) IBDF na ilha. Com apitos e tarjas pretas, o grupo exigia a realização de um plebiscito para escolher um outro administrador, em lugar de Cláudio Marinho. Arraes foi até o grupo e aconselhou a todos a respeitarem a Constituição. Mas não quis alongar o diálogo: "Teremos muito tempo para conversar e corrigir o que houve de errado". Entre os problemas que o governo de Pernambuco vai enfrentar a partir de agora, está a dificuldade de acomodação para a nova administração, já que o palácio do governo — junto com a Pousada Esmeralda, o Bar Mirante, o Clube do Pico e dois barcos — foi incorporados à União, através de decreto assinado na semana passada pelo presidente Sarney.

Advogados pedem severidade contra violências infantis

SÃO PAULO — Embriagado, o pai da menina K, de 10 anos, exagerou no corretivo. Ontem à tarde, a mãe de K levou a menina ao consultório de um médico da Grande São Paulo, para que ele examinasse as equimoses nas nádegas e na face esquerda da garota. Diante do resultado da brutalidade do pai de K, o médico denunciou o caso ao SAC (Serviço de Advocacia da Criança), um serviço que há seis meses recebe denúncias contra a violação de direitos da criança e do adolescente, mantido pela Ordem dos Advogados do Brasil e pela Secretaria Estadual do Menor. O caso de K foi a primeira denúncia recebida pelo SAC sob a nova ordem constitucional, que prevê mais severidade na aplicação da lei para punir a violência, o abuso e a exploração sexual contra o menor.

A nova Carta também permite que a criança constitua advogado, independentemente da vontade dos pais, em geral os maiores agressores dos próprios filhos, conforme as estatísticas do SAC. Os 30 advogados que se revezam no plantão desse serviço só não comemoram efusivamente essas duas mudanças porque a lei, sozinha, nada mudou no cotidiano de violência de muitas casas da cidade. Meia hora depois da denúncia sobre K, eles foram informados do caso de R, um menino também de 10 anos, cuja mãe, prostituta, costuma mantê-lo trancado no banheiro de um cortiço para receber seus clientes ou entregá-lo para ser espancado por seus amantes eventuais.

Os advogados do SAC, instalados num velho prédio do tradicional Largo de São Francisco e à disposição da população 24 horas por dia, em

sistema de rodízio, já atenderam nestes seis meses a mais de 700 crianças vítimas de violência. Os maiores agressores são as mães (33,1% dos casos), os pais (22,1%), outras pessoas (15,6%) e a polícia (3,2%).

A faixa etária mais atingida é a que fica entre 5 e 10 anos (21,7% dos casos) e a maior incidência é de maus-tratos por ação (48,1%) ou por omissão (12,3%). Em seguida, aparecem nas estatísticas da SAC as denúncias de cárcere privado (6,6%).

Um dos primeiros casos atendidos pela advogada Vilma Pasto, em fevereiro, está chegando agora ao final, com o interrogatório do acusado já marcado pelo juiz criminal para o próximo dia 12, Dia da Criança. A menina R., filha do executivo de uma multinacional, tinha 11 anos quando foi vítima de abuso sexual por seu dentista, no consultório de uma cidade da Grande São Paulo. A pena prevista na atual legislação vai de 2 a 7 anos. Ao tomar conhecimento do caso, o pai encaminhou a menina para tratamento psicológico particular e não prestou queixa à polícia ou à Justiça. Algum tempo depois, soube da existência do SAC e a família decidiu levar o caso adiante, para impedir que outras crianças fossem vítimas do dentista.

— Esse caso assumiu relevância do ponto de vista social porque só veio à tona em virtude da existência do SAC — constata a diretora do serviço, Mary Livingston, representante da OAB-SP na comissão formada pelo Ministério da Justiça para oferecer sugestões à legislação ordinária que regulamentará o artigo referente às garantias das crianças e adolescentes.

OAB terá organismo para fiscalizar as novas regras em vigor

PORTO ALEGRE — Uma câmara permanente pós-Constituinte será criada em novembro pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) destinada a fiscalizar as novas regras da Constituição. A informação foi dada ontem pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomas Bastos, que prevê uma grande demanda de solicitações à ordem para que encaminhe arguições de inconstitucionalidade e demais recursos jurídicos assegurados na carta, como mandados de injunção.

A câmara irá consolidar as funções da comissão pós-Constituinte da OAB, que vem trabalhando há 40 dias na análise da nova constituição com 12 advogados e conselho consultivo. A OAB irá elaborar diversas propostas às leis complementares de regulamentação a nova Constituição.

Bastos lembrou que, promulgada a Constituição agora inicia o trabalho de "traduzir o texto para a sociedade brasileira". Para isso, acredita que o caminho será a estruturação de todas as entidades civis da sociedade, principalmente junto ao poder judiciário, a quem caberá a função de interpretar os novos princípios, independentemente da existência ou não de legislação complementar.

Para o dirigente nacional da OAB, a função da Ordem a partir de agora, é iniciar um amplo processo de mobilização junto ao Poder Judiciário para a adaptação à nova Constituição, que deverá fortalecer-se a partir da autonomia financeira concedida pela Carta.

Militares — A OAB poderá arguir junto ao Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade dos acordos firmados entre militares brasileiros com outros países durante a 17ª Conferência dos Exércitos Americanos, realizada no ano passado, em Mar del Plata, Argentina, cujos documentos foram divulgados pelo JORNAL DO BRASIL e Folha de São Paulo.

A arguição deverá ocorrer com a aprovação amanhã, de moção apresentada ontem pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, contendo cópias dos documentos secretos, no qual militares brasileiros relatam, entre outras coisas, a convivência de 30% dos constituintes com as "chamadas organizações subversivas". A entidade iniciou ontem o recolhimento de mais de 30 assinaturas de advogados — mínimo necessário para que o documento seja aprovado em plenário amanhã, no encerramento da conferência nacional da OAB, nesta capital.

Segundo a moção apresentada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, é pedida a condenação expressa dos acordos firmados na Argentina "por não apresentarem a vontade social, jurídica, constitucional e democrática da nação". Pede ainda que a OAB interpela o presidente da República para que informe se a representação brasileira era oficial, como também se a assinatura em nome do Brasil contou com a aprovação da Presidência da República.

Exige ainda que a OAB represente junto ao Congresso Nacional, "com o objetivo de conseguir a decretação de nulidade dos acordos firmados por militares brasileiros". A moção foi apresentada ontem pelos dirigentes do movimento, Jair Krichke e Omar Ferri, durante o seminário sobre A Defesa dos Direitos Humanos no Campo Internacional.



Márcio Bastos